



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

JOSÉ THIAGO MONTEIRO DO CARMO

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS, ADULTAS E
IDOSAS (EJAI), EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.**

CASTANHAL- PARÁ
2022

JOSÉ THIAGO MONTEIRO DO CARMO

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS (EJA), EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Milene Vasconcelos Leal.

CASTANHAL- PARÁ
2022

JOSÉ THIAGO MONTEIRO DO CARMO

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS (EJAI), EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Data da aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Milene Leal – Orientadora
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof.^a Ma. Aline Barros
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Msc. Jones Souza Moraes
Universidade Federal do Pará - UFPA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de ingressar em uma Universidade Pública, pois me concedeu uma experiência maravilhosa, tanto no saber quanto em me conhecer e compreender o que eu queria para a minha existência.

Em segundo lugar ao meu querido companheiro Antonio Azulay por todo amparo, força, ajuda e compreensão nesses longos 5 anos dessa caminhada.

Em terceiro lugar a minha família pelo apoio, pelo incentivo nas horas de dificuldades e por ter compreendido os momentos em que tive de estar ausente para a realização de algum trabalho, leitura, reunião de sala ou outros motivos que não pude estar presente com eles.

Agradeço também a minha amiga de sala, companheira de viagem e irmã de faculdade Érica Dias pela paciência e pelo suporte de todas as vezes em que pensei em desistir.

À escola, por abrir as portas e deixar fazer minha pesquisa de campo, para a coleta de informações e aos profissionais pelo trabalho praticado com a (EJAI).

E por fim, a orientadora mais calma e tranquila, Prof.^a Ma. Milene Vasconcelos. Obrigado!

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os
homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

(FREIRE, 2017, p.95)

RESUMO

Sabemos que a educação é um direito de todos e previsto em Lei. Essa pesquisa teve como objetivo verificar a presença da evasão escolar na modalidade da Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, nas etapas iniciais do ensino fundamental (1ª e 2ª etapa), entre os anos de 2019 a 2022, em uma escola no município de Ananindeua no Estado do Pará. Para demonstrar os motivos da evasão e fomentar essa discussão, com as possíveis causas que levaram os alunos a evadirem da instituição. Para o desenvolvimento desse artigo foi utilizado obras de autores como Arroyo (2017 e 2012), Cury (2020), Freire (2017, 2013, 1997), entre outros e textos complementares que foram essenciais para essa pesquisa. Com base na pesquisa bibliográfica e de campo exploratória observei e analisei por meio das informações coletadas (diário de bordo) os impasses da evasão, dentro da perspectiva da escola. Como resultados desse artigo trouxe os problemas referentes à escola. Constatou-se que há uma grande necessidade de manter os alunos em sala de aula, pois a evasão é um grande desafio dentro dessa modalidade; e se a instituição não oferecer um espaço agradável e com propostas pedagógicas interessantes, o aluno perderá gradativamente a vontade de estudar.

Palavras-chave: Educação; Evasão; Impasse.

ABSTRACT

We know that education is a right of all and provided for in law. This research aimed to verify the presence of school dropout in the modality of Education for Young, Adult and Old People, in the initial stages of elementary school (1st and 2nd stage), between the years 2019 to 2022, in a school in the municipality of Ananindeua in the State of Pará. To demonstrate the reasons for the evasion and foster this discussion, with the possible causes that led the students to escape from the institution. For the development of this article, works by authors such as Arroyo (2017 and 2012), Cury (2020), Freire (2017, 2013 and 1997), among others and complementary texts that were essential for this research were used. Based on the bibliographic and exploratory field research, I observed and analyzed through the information collected (logbook) the impasses of evasion, within the perspective of the school. As results of this article, the problems related to the school were brought. It was found that there is a great need to keep students in the classroom, because evasion is a great challenge within this modality; and if the institution does not offer a pleasant space with interesting pedagogical proposals, the student will gradually lose the desire to study.

Keywords: Education; Evasion; Deadlock.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CFE	Conselho Federal de Educação
COMED	Conselho Municipal da Educação
COVID	Corona Virus Disease
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EJAI	Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS ADULTAS E IDOSAS (EJAI).....	12
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	13
2.2 OS PROFISSIONAIS DA (EJAI)	15
2.3 OS ALUNOS DA (EJAI)	19
3 EVASÃO ESCOLAR NA (EJAI)	20
3.1 OS IMPASSES DA EVASÃO ESCOLAR	21
3.2 O REFLEXO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ESCOLA.....	22
3.3 OS PROBLEMAS PESSOAIS DOS ALUNOS E REFERENTES À ESCOLA	23
3.4 REAVALIAÇÃO DA METODOLOGIA E A PROPOSTA PEDAGÓGICA	25
3.5 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO DOCENTE.....	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia oferece vários campos e áreas de atuação no ensino e uma delas está dentro da pedagogia escolar que é a modalidade da Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EJAI) de 1ª a 4ª etapa do ensino fundamental I e II dos 09 anos e o ensino médio, com aulas presenciais ou à distância.

“As pedagogias escolares são mais cercadas e fechadas a definir critérios rígidos de validade e até mesmo de não reconhecimento da validade dos saberes, modos de pensar e pensar-se, de aprender e de educar-se que os educandos levam às escolas e às universidades” [...]. (ARROYO, 2012, p. 33). Assim, a escola como âmbito de diversidade se estrutura em suas relações determinando ou definindo suas classes.

Sabemos que no artigo 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/ 96 define que, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). De posse da informação, podemos alinhá-la ao contexto educacional do Brasil, onde muitas escolas não garantem o que diz a (LDB) em seu artigo sobre garantia da permanência dos educandos na escola. Esse é um fator importante no ambiente educacional cheio de dificuldade, que posteriormente pode ocasionar a evasão escolar.

A ideia de trazer o tema da evasão escolar para essa pesquisa surgiu a partir da experiência vivenciada no turno da noite na modalidade da (EJAI), no município de Ananindeua; e ao trabalhar dentro da secretaria dessa escola observei que o número de alunos matriculados era sempre maior que o número de alunos presentes em sala de aula. Então, comecei a questionar o porquê dos demais alunos não frequentarem a escola? Visto que era nítido a ausência na frequência e na escola.

Dentro dessa perspectiva fiz uma pesquisa de campo qualitativa de base exploratória, por meio de um diário de bordo com anotações, observações e diálogos com a gestora, coordenadora, as docentes, com os alunos dessa modalidade e a comunidade, para chegar nos impasses que viabilizaram a evasão escolar e, posteriormente, um levantamento bibliográfico com leituras de artigos, textos complementares e obras que versaram sobre o mesmo tema, que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

Somente no chão da escola e na comunidade podemos vivenciar questões persistentes relacionadas com os desafios que as escolas têm. Verificar a evasão é levantar o maior número de informações para que seja feito um trabalho de intervenção, para que a escola possa se tornar um ambiente mais interessante e atrativo. Fazer com que a comunidade esteja envolvida no calendário acadêmico e que sua participação seja ouvida referente às tomadas de decisões

presentes no decorrer do ano letivo, desenvolvendo um trabalho conjunto de reciprocidade capaz de transformar, desenvolver e programar possíveis soluções para que o aluno permaneça dentro da escola, evitando a evasão escolar.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola municipal, localizada no município de Ananindeua, no Estado do Pará. Uma instituição de ensino dentro da comunidade, que faz um trabalho voltado com a participação dos pais ou responsáveis menores de 18 anos e dos próprios alunos, atendendo as diretrizes operacionais da (EJAI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Conhecer a estrutura da escola, o engajamento dos profissionais da instituição, o trabalho do dia a dia, principalmente, a relação gestor e coordenador, juntamente, com as pedagogas e os alunos tornou-se um diferencial para entender como toda a parte da organização e a prática pedagógica trabalha com os principais sujeitos que são os alunos que frequentam essa modalidade.

Essa pesquisa teve como objetivo versar sobre a evasão escolar dentro da instituição de ensino que trabalha com essa modalidade, para identificar os motivos que levaram esses alunos a deixar de frequentar a escola. É de suma importância para análise dessas informações, pois para o desenvolvimento dessa pesquisa, passar por essa oportunidade de vivenciar como esses profissionais agem diante das estratégias e tomadas de decisões para o bom funcionamento da instituição é colaborar para que os futuros profissionais acadêmicos estejam a par do direcionamento da gestão, no que se refere aos assuntos relacionados à escola como a evasão escolar e, por parte da coordenação, suas atividades referentes ao desenvolvimento pedagógico perante as pedagogas e o trabalho desenvolvido com os alunos.

A pesquisa foi realizada apenas com as turmas iniciais do ensino fundamental dos 09 anos, 1ª e 2ª etapa, entre os anos de 2019 a 2022. O motivo desse intervalo de tempo foi pelo fato de ter trabalhado nesse período na escola. Nesse sentido, verifiquei dentro da instituição os fatores que levaram os alunos à evasão escolar; sendo que a evasão é presente e significativa devido aos impasses vinculados que norteiam essa modalidade. Pois, cabe às instituições de ensino abordar características importantes que devem ser observadas e analisadas, principalmente, pelos profissionais da educação em detectar problemas internos e externos dos alunos e suas políticas públicas.

Este artigo apresenta-se em dois capítulos, no primeiro capítulo trouxe um pequeno conceito do que seja a modalidade (EJAI); um breve apontamento sobre as políticas públicas educacionais; as concepções dos profissionais que estão a frente desse ensino (gestora, coordenadora, pedagogas); e dos alunos dessa modalidade. No segundo capítulo trouxe para

essa pesquisa, o conceito de evasão escolar; e os impasses da evasão como: o reflexo da pandemia da COVID-19 na escola; os problemas pessoais dos alunos e referentes à escola; a reavaliação da metodologia e a proposta pedagógica; e a formação continuada para o corpo docente.

2 EDUCAÇÃO PARA PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS (EJAI)

A Educação de Jovens e Adultos, assim como era chamada foi regulamentada pela (LDB) (Nº. 9.394/ 96) como dever do Estado. Em meados de 2007, pelo Decreto nº 6.093, sendo um programa do Governo Federal tem como objetivo de levar a alfabetização para jovens e adultos a ingressar no ensino fundamental do 1º ao 9º ano, com idade mínima de 15 anos; e o ensino médio com idade mínima de 18 anos.

Durante muitos anos, a Educação de Jovens e adultos não se chamava assim. Ela já se chamou madureza, suplência, supletivo, alfabetização entre outros nomes. Por não representar um direito, este ensino nem sempre foi assumido por profissionais do ensino. Era vezes atendido por pessoas de boa vontade, voluntários ou mesmo por docentes que aplicavam sobre adultos os mesmos métodos com que ensinavam as crianças e adolescentes. (CURY, 2004, p. 3)

“A partir da Resolução nº 03/ 2016 do Conselho Municipal da Educação- (COMED) em Maceió passou a ser chamada de Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EJAI) para incluir os idosos na nomenclatura.” (BRASIL, 2016). Essa modalidade é voltada para alunos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada; para alunos que não estudaram por algum motivo e deixaram de ir à escola, interrompendo seus estudos ou porque não tiveram a oportunidade de estudar. Servindo como direito para esse público-alvo, atendendo as perspectivas históricas da educação em levar o conhecimento do ensino e aprendizagem.

Segundo as autoras Lima e Firmino (2016, p.31):

O mais interessante do artigo 37 é que a (EJA) dá a oportunidade de reparar o direito negado ao cidadão em idade própria, aos estudos, além de equalizar a possibilidade de acesso, permanência e aprendizagem, via educação escolar, visando qualificar, capacitando para o exercício da cidadania, e ampliando a chance de torná-lo um cidadão participativo e socialmente produtivo.

É fundamental que esse processo reintegre os sujeitos no ensino e aprendizagem dentro e fora da escola viabilizando a possibilidade de um futuro com opções de trabalho, garantindo seus direitos como cidadãos, tornando-os formadores de opiniões e de também produzir

conhecimento. Pois cada sujeito da (EJAI) ver nessa oportunidade de reintegração um recomeço de vida, tanto no ensino quanto no profissional.

Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não contemplar a (EJAI) diretamente, entende-se que deve ser seguido o mesmo que é estabelecido para quem cursa a escola na infância e na adolescência, pois as diretrizes operacionais lançadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2021 para essa modalidade estão alinhadas com a (BNCC), visto que resulta em desenvolver o interesse do aluno em participar, socializar, ampliar e criar a partir de determinadas situações o seu conhecimento; para obter o ensino e aprendizagem, ou até mesmo como auxiliar nas atividades propostas pelas pedagogas dentro das instituições de ensino, analisando a metodologia para cada etapa da modalidade.

Arroyo (2017, p. 10) comenta que: “Os próprios profissionais das escolas públicas e as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos populares percebem que o outro lado da história social, econômica, política, cultural está ausente nas verdades dos currículos”. Com isso, a gestão, a coordenação e o corpo docente direcionarão os alunos para que no decorrer do ano letivo se tornem capazes para sua progressão social e cultural. Visto que, os alunos matriculados nessa modalidade têm como possibilidade de iniciar ou concluir seus estudos de forma diferenciada; buscando o ensino e aprendizagem necessários para sua formação. Por conseguinte, todo esse processo educacional é de suma importância, pois atende também o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar.

Freire (1997, p. 58) aponta: “Educador e educando (liderança e massa), cointencionados à realidade, se encontram em uma tarefa que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento”. A participação dos alunos é necessária para que o processo educacional se desenvolva, construindo a relação professor-aluno e a escola. Tendo a habilidade por conta dos professores em observar se a metodologia está obtendo resultados favoráveis nesse viés de troca de ensino e aprendizagem.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas estão presentes para retribuir o que foi garantido por direito e sabemos que são muitos os impasses que precisam ser observados. E essa pesquisa veio destacar alguns fatores que a própria instituição de ensino reconhece que são: transformar a escola em espaço atrativo e com oportunidade para educação, com o intuito de fazer com que os alunos permaneçam na escola, pois precisa conter a evasão; capacitar o corpo docente para que estejam preparados para lidar com eventuais problemas e dificuldades, e até mesmo mudanças nas práticas pedagógicas.

A modalidade (EJAI) como ensino de direito remete às conquistas e avanços no que diz às políticas públicas, sendo que Cury destaque:

(...) Como direito de cidadania, a (EJA) deve ser um compromisso de institucionalização como política pública própria de uma modalidade dos ensinos fundamental e médio e consequente ao direito público subjetivo. E é muito importante que esta política pública seja articulada entre todas as esferas do governo e com a sociedade civil a fim de que a (EJA) seja assumida, nas três funções, como obrigação peremptória, regular, contínua e articulada dos sistemas dos Municípios, envolvendo os Estados e União sob a égide da colaboração recíproca. (2020, p. 53.).

Além do reflexo negativo das políticas públicas, essa luta de mudança reflete no conhecimento, imprimindo novos direcionamentos para construir e reconstruir uma identidade profissional pautada em alguém que sabe o que quer fazer, pois reconhece que sua atuação deve carregar a responsabilidade no que faz, tendo como base estender essa valorização ao educando enquanto ser social. Nesse sentido, lançar estratégias para revisar as políticas públicas atuantes nas escolas, diante do ambiente escolar e garantir as funções reparadora, equalizadora e qualificadora.

A função reparadora da EJA refere-se à possibilidade de propiciar ao aluno um direito que foi negado há algum tempo atrás, que garante a igualdade ontológica para aqueles alunos que em um determinado período da sua vida não pôde ter acesso à educação por diversos fatores como: violência, gravidez, drogas, necessidade de trabalho, entre outros. A função equalizadora refere-se a garantia de retorno ao universo escolar, garantindo que todos os alunos tenham um direito igualitário previsto na Constituição Federal. Já a função qualificadora configura-se como aquela que irá qualificar literalmente o aluno por toda a sua vida, lhe dando subsídios para continuar a sua jornada acadêmica, pois um dos objetivos escolares é que todos prossigam os níveis, etapas e modalidades. (FRANCO, 2021, p. 8).

Para Saviani (2008, p. 11) “a outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera com um óbice ao adequado encaminhamento das questões da área, é a descontinuidade”. Pois, se avaliarmos o contexto histórico da educação do Brasil, passou por várias reformas que fizeram mudanças significativas, mas também ocasionou o retrocesso educacional, como a grande porcentagem de analfabetos funcionais.

Nem todos os investimentos chegam até a escola enfraquecendo a rede de ensino; afetando, principalmente, na alimentação escolar que continuamente é a última refeição dos alunos. Sabemos, também, que as políticas públicas existem, entretanto nem tudo que está oficializado nos documentos são de fato praticado, mas se trabalha dentro de uma perspectiva para atender essa modalidade de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE), (2014-2024) estabelece vinte metas para a educação que devem ser cumpridas no prazo de dez anos. Quanto a (EJAI), o (PNE) reafirma a necessidade de ampliar para 25% a oferta de matrícula no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Ou seja, fazer com que esse percentual atenda às necessidades desses sujeitos, após concluírem seus estudos de entrarem no mercado de trabalho.

Portanto, as políticas educacionais se associam aos grupos de políticas públicas sociais que é a base que vem desde a Constituição de 1988 (LDB, PNE, BNCC, entre outros) que cabe ao Estado regularizar elementos necessários para garantir à sociedade um direito para que todos possam ter uma educação de qualidade. E essa política vai regulamentar e orientar os sistemas de ensino preparando para a educação escolar, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que redistribui recursos também para instituições que oferece a modalidade da (EJAI).

2.2 OS PROFISSIONAIS DA MODALIDADE (EJAI)

A partir daqui, na pesquisa de campo, algumas considerações das profissionais da escola do município de Ananindeua foram usadas por meio de um diário de bordo, com minhas observações e anotações referentes algumas perguntas realizadas durante o processo da pesquisa, como: suas atuações na modalidade da (EJAI) e sobre a evasão. Para preservar os nomes reais das profissionais fiz o uso de nomes fictícios como: Benedita Barros (gestora), Francisca Santos (coordenadora), Lúcia Gomes (pedagoga da 1ª etapa) e Célia Trindade (pedagoga da 2ª etapa).

Pois, para Gil:

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se pode entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (2002, p. 53).

- **GESTORA**

A diretora da escola desenvolve um papel importante no âmbito escolar na modalidade (EJAI), pois desempenha em sua função a análise e a verificação do processo educacional dentro da perspectiva no turno da noite, desencadeando transformações que projetam uma nova

estrutura organizacional, mesmo tendo que fazer alterações em alguns aspectos subjacentes em sua gestão educacional.

Para Libâneo (2001, p. 7), “toda a instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal” [...]. Assim como, coordenar o (PPP), visto que, o corpo docente e sua formação é de responsabilidade da diretora da escola; participar da comunidade tendo em vista a melhor maneira de fazer com que a comunidade seja presente e participativa na vida da escola.

Assim como a gestora da escola nos diz:

Sabemos que a tarefa não é tão simples assim. Preciso apresentar conhecimentos administrativos, pedagógicos e ainda saber lidar com problemas ocasionados durante o ano letivo; ser participativa, comunicativa, ativa em minhas ações, aberta a novas experiências, ser crítica, reflexiva, avaliativa, ter bom senso e responsabilidade com a escola, fazendo com que minha equipe desenvolva o progresso educacional com equilíbrio e sensatez; ou seja, uma gestão democrática e acolhedora, já que os sujeitos dessa modalidade necessita de um olhar mais atencioso devido a eminência da evasão escolar. (BARROS, 2022).

Pois, “a gestão democrática exige uma ruptura na prática administrativa da escola com o enfrentamento das questões da exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares” [...]. (VEIGA, 2009, p. 166). E na modalidade (EJAI) não é diferente, precisa-se seguir alguns critérios para que todo o trabalho seja realizado de forma construtiva e coletiva, pois não se refere apenas em ser um profissional que dita regras com autonomia, autoridade e individual. Precisa estar à frente das tomadas de decisões, porém de forma conjunta participativa e democrática; que lute por essa modalidade o ano todo, pois é um direito garantido desde à Constituição de 1988.

E a gestora comenta:

A evasão é um dos fatores mais preocupantes de qualquer escola, pois os motivos que afastam esses alunos são muitos. Assim, todos os envolvidos (corpo docente, coordenadores, alunos, pais ou responsáveis) precisam estar presentes e envolvidos. E isso ocorre por meio das reuniões e palestras motivacionais, para incentivar esses alunos a se manterem na escola e dar continuidade em seus estudos, para que não ocorra a evasão durante o ano letivo. (BARROS, 2022).

A gestora compreende que essa modalidade necessita de um apoio maior das políticas públicas, pois manter esses alunos na escola não é tarefa fácil. Cada aluno tem sua particularidade e os motivos são muitos. Outro fator importante é o espaço ofertado para eles, se não houver um espaço acolhedor, com profissionais capacitados com uma boa metodologia para despertar o interesse todas as noites, a vontade de estudar se esvai.

- COORDENADORA

A coordenadora, por sua vez, apresenta um trabalho de mediação capaz de ser um elo de ligação entre a comunidade escolar e seus participantes (professoras e alunos) agindo como facilitadora do trabalho pedagógico. Para atender os objetivos esperados pela gestão, a coordenadora tem como função colocar os três princípios básicos que são: a capacidade de ser formador de opinião, articulador e transformador.

Na concepção da coordenadora no turno da noite informa que:

Para que os princípios básicos da coordenação e para o bom funcionamento da instituição, o coordenador tem de dar o suporte necessário para que as professoras desenvolvam seu trabalho seguindo o que foi proposto pelo (MEC), para as redes de ensino, atendendo a (BNCC), o (PPP), as diretrizes operacionais da Educação de Jovens e Adultos, entre outros. Assim, o coordenador precisa estar atento e capacitado para agir de forma rápida e positiva para quaisquer eventuais ocorrências que possam atrapalhar o desenvolvimento da escola e dificultando o resultado esperado por parte da gestão. (SANTOS, 2022)

Na modalidade (EJAI), o (PPP) é reduzido para atender e assegurar que o plano anual consiga ser fechado. Dentro desse pensamento, a participação de todos é de suma importância para atender a práxis do ensino e aprendizagem. E ainda tem que lidar com o fator da permanência dos alunos na escola, pois o número de evasão é constante. Fazer com que esses alunos consigam se manter presentes até o final do ano letivo, seja em qualquer etapa (1ª e 2ª) na escola é o maior desafio, tanto por parte da gestão quanto da coordenação e seus docentes.

Veiga (2009, p. 167) comenta:

A participação requer compromisso com o projeto político pedagógico construído, executado e avaliado coletivamente. A participação é um mecanismo de representação e participação política. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro [...].

Com isso, atende o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n° 699/ 72 em relação às três funções básicas: reparadora (retificar os direitos negados), equalizadora (conceder oportunidade de ensino) e qualificadora (capacitar esse aluno). O trabalho da coordenadora é fazer com que as pedagogas, juntamente, com seus alunos desenvolvam o ensino e aprendizagem no decorrer do ano letivo devolvendo-lhe as possibilidades e oportunidades de garantir seus direitos como cidadãos.

Sendo assim, a coordenadora tem de ser ativa e participativa no que diz respeito a todo o processo educacional, agindo com engajamento e entusiasmo. Fazendo o uso de um olhar

mais atencioso e prestativo para que esse aluno por qualquer motivo não venha ocasionar a sua perda de interesse pelos estudos, dando margem à evasão.

- PEDAGOGAS

As profissionais dessa modalidade para lidar com as mais variadas situações que podem surgir durante o ano letivo, principalmente a evasão escolar, tem que direcionar seu olhar e, também, entender quais os motivos das dificuldades dos alunos no que diz respeito ao ensino e a permanência na escola; e de posse de algumas informações, pensar em estratégias para buscar soluções.

A pedagoga da 1ª etapa da escola alega: “É de suma importância para que o pedagogo tenha a oportunidade de vivenciar ou trabalhar na área que se identifique, para conhecer seu campo de interesse, seu crescimento e satisfação profissional.” (GOMES, 2022). Já a pedagoga da 2ª etapa declara: “O fato de assumir uma postura reflexiva contribui para que o trabalho se torne melhor dentro do ambiente escolar, pensando na metodologia de ensino e como saber lidar com as dificuldades e contratempos dos educandos dentro da sala de aula” (TRINDADE, 2022).

Para dar conta de todos os conflitos subjacentes as suas práticas pedagógicas, as pedagogas, de antemão se preparam para ministrar sua aula para determinada etapa de ensino; e durante o decorrer do ano letivo devem perceber que suas estratégias de ensino estão ou não sendo aproveitadas com rendimento positivo pelos alunos. Evitando, assim, a perda de interesse e, conseqüentemente, a evasão; caso não, devem ser repensadas, pois a sala de aula é um ambiente onde circulam as diversidades, como em qualquer outro ambiente.

A teoria de Freire (2017) diz:

O ato pedagógico do professor se dá mediatizado pela relação educador/ educando e realidade teórico-prática. Nesta relação, o diálogo se constitui em um momento de busca entre aquilo que se quer propor como conteúdo fundamental. Portanto, a questão curricular é um espaço concreto e real de formação.

O currículo pedagógico dessa modalidade é que fomenta a prática de ensino e aprendizagem em questão, pois o trabalho desenvolvido pelas pedagogas ajuda no conhecimento e na autonomia das decisões para adquirir habilidades e competências para os alunos; e por essa razão o trabalho proposto tem de ser viável e com qualidade.

Barbosa e Freitas nos dizem:

E, diante desta interação, percebe-se que a construção de novos conhecimentos acontece de forma paralela à relação professor-aluno, visto que este traz para o cotidiano escolar sua experiência do contexto social em que vive e, com a ajuda mediadora do professor que deve conhecê-lo enquanto ser social considerando seus conhecimentos prévios, e ajudando-o, assim, a transformar essas vivências em conhecimentos relevantes dotados de significados. (2018, p. 7)

Por isso, é importante o debate sobre a didática na formação dos professores, uma vez que tendo como eixo orientar as práticas pedagógicas dos professores, fundamentadas em concepções que trazem para a base da questão: o diálogo, a reflexão, a criticidade e a responsabilidade de se valorizar e valorizar o educando como sujeito histórico social. Sendo que os alunos que fazem parte dessa modalidade, destacando os anos iniciais da 1ª e 2ª etapa precisam encontrar o apoio necessário para o incentivo de não desistirem durante o ano letivo.

Loss pondera:

Autoformar-se em espaços educativos formais ou não formais significa vivenciar as experiências do eu individual e coletivo para projetar-se a novas possibilidades para ser, conhecer, fazer, conviver e viver plenamente. É dialogando e refletindo sobre o que somos e fazemos que é possível a projeção para o que desejamos ser e fazer durante a existência. (2015, p. 4)

Diante do exposto, os profissionais da educação devem estar sempre caminhando em prol de conhecimento, trocando e ampliando o sentido das coisas por meio de experiências individuais ou em grupo para buscar outros referenciais, para fazer o diferencial no momento em que se encontram as dificuldades e, sob uma perspectiva capaz de enxergar os problemas da sala de aula e transformar em possíveis soluções.

2.3 OS ALUNOS DA (EJAI)

A (EJAI) é uma modalidade de ensino bastante procurada por esse público-alvo que quer voltar para seus estudos tanto no ensino fundamental ou médio, porém não basta apenas procurar uma escola e se matricular; precisa estar comprometido com a escola, ser participativo em sala de aula, apresentar frequência mínima de 75%, realizar provas e atividades e, além do mais, se manter na escola para que não tenha sua matrícula cancelada ou para que não ocorra a evasão escolar no decorrer do ano letivo.

A Educação de Jovens e Adultos é formada por uma população de trabalhadores estudantes composta por jovens, adultos e idosos, maioria negra e com histórico de vulnerabilização social, que precisou interromper os estudos para trabalhar, cuidar da família, exercer a maternância, ajudar no sustento da casa, dentre inúmeras outras situações dificultadoras. (SOUZA, 2020, p. 3).

Sobre os alunos da 1ª e 2ª etapa que procuram a escola para se matricular na modalidade (EJAI), a coordenadora declara: “pertencem ao grupo de alunos que deixaram de estudar a muito tempo, por apresentarem seus estudos incompletos ou alunos que passaram da idade convencional de ensino.” (SANTOS, 2022). A maioria dos alunos precisam apenas de um incentivo para voltar para escola e prosseguir com seus estudos, na perspectiva de mudança de vida e oportunidades.

E verificando as pastas dos alunos, alguns se encaixam no antigo seriado fazendo a transição para o ensino fundamental dos 9 anos e outros que se encontram no ano correspondente, passando apenas para a etapa inicial. Nesse sentido, a modalidade (EJAI) propõe que esse aluno a cada etapa se desenvolva dentro desse cenário de ensino, resgatando algum conhecimento e aprendizado como avaliação.

A gestora argumenta também que: “a busca pela oportunidade de ensino leva as instituições que apresentam essa modalidade a se prepararem para receber esses alunos que precisam de apoio, incentivo e atenção” (BARROS, 2022). Por conseguinte, a coordenadora menciona: “muitos dos alunos matriculados são pais e mães de família que trabalham em período integral e precisam concluir seus estudos para finalizar o ensino fundamental” (SANTOS, 2022). O retorno para a escola é o primeiro passo importante para que o processo educacional transcorra e se desenvolva, devolvendo a oportunidade de ensino.

“Na educação desses adolescentes e jovens-adultos avança-se para entender que saberes, valores, identidades constroem vivendo e sabendo-se periféricos na sociedade, na cidade, nos campos, nos espaços de moradia, de trabalho e até na educação [...]” (ARROYO, 2017, p. 36). Pois, sabemos que a maioria desses alunos carregam consigo esse fator histórico, mas apresentam algum tipo de conhecimento, seja em suas relações familiares, sociais, culturais e experiências profissionais que contribuem para sua formação.

Freire (2017, p. 95) diz: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Esse conhecimento é trazido para a escola como ferramenta de ensino; e cabe ao docente avaliar, associando como troca de informações e de saberes, pois nessa perspectiva, o aprendizado se constrói diante das experiências vivenciadas dentro e fora da escola pelo viés da comunicação.

3 EVASÃO ESCOLAR NA (EJAI)

A evasão na (EJAI) tem vários pormenores que dificultam seu andamento de curso, pois além de ser um problema político, social e pessoal há o problema interno nas instituições, como os profissionais da educação que não estão capacitados para essa modalidade. Freire (1997, p.

28) comenta: “Outro saber fundamental à experiência educativa é o que diz respeito a sua natureza. Como professor preciso me mover com clareza na minha prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho.” Pois, apresentam uma metodologia de ensino administrada por professores que podem causar determinadas dificuldades que vão de encontro com a forma de ensinar e aprender.

Para Barbosa, M. (2017, p. 29):

Mesmo tendo acesso à escola, o grande problema que envolve os jovens e adultos é a não permanência na sala de aula, essa questão tem sido motivo de discussões. Todavia há um imenso caminho a ser percorrido, onde se faz necessário à efetiva participação de todos envolvidos nesse processo restrito de indivíduos, há de se entender que são muitos os que são responsáveis pela mudança e pelo combate à evasão escolar na (EJA).

Abordei esse tema bastante presente nos dias atuais para falar dos mesmos problemas que as instituições de ensino enfrentaram ao longo dos anos, principalmente, porque há fatores internos e externos; e quando as políticas públicas se desviam das melhorias das escolas, os investimentos utilizados para área da educação, se tornam indispensáveis para dar continuidade nesse processo educacional. E se o governo não exerce sua função de contribuir para o desenvolvimento estudantil acaba refletindo na continuidade de estudos para o estudante e afetando ainda mais as questões sobre evasão escolar.

Pinto, (2014, p. 27-28) corrobora:

Podemos compreender que a evasão escolar se constitui como um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. Várias discussões e debates têm sido realizados procurando encontrar o “responsável” e a “solução” para este problema. Assim, as reflexões têm tomado como ponto de debate, o papel dos segmentos: família, escola em relação ao convívio do aluno no ambiente escolar.

3.1 OS IMPASSES DA EVASÃO ESCOLAR

O andamento da evasão escolar não começa de uma hora para outra. Geralmente, muitos fatores contribuem para que o aluno pare de frequentar a escola. Conseguir identificar esse processo demanda atenção e conhecimento dos profissionais à frente dessa modalidade, bem como uma postura ativa e de observação por parte de todos os envolvidos. E essa evasão na modalidade (EJAI) é bem maior do que em qualquer outro tipo de ensino, em razão de suas dependências de investimentos de mantê-los na escola.

Este artigo trouxe os impasses da evasão nesta instituição de ensino, diagnosticando seus fatores. Pois, entre os anos da pesquisa apresentaram vários motivos para que os alunos desistissem do processo educacional e entre eles temos:

- O reflexo da pandemia da COVID-19 na escola;
- Os problemas pessoais dos alunos e referentes à escola;
- Reavaliação da metodologia e a proposta pedagógica;
- Formação continuada para o corpo docente.

Dentro desse cenário, a escola trabalhou com possíveis soluções para intervir o problema da evasão, mesmo sabendo que não há uma solução definitiva para esse caso. E fazer com que esses alunos permanecessem na escola foi uma luta constante, pois muitos alunos não se sentiam confiantes em continuar por falta de investimentos tecnológicos, problemas pessoais, metodologias e propostas pedagógicas mais acessíveis, de estruturação, de capacitação e entre outros.

Riscal (2009, p.42) afirma:

A instituição escolar, para realizar seus objetivos, deve ser organizada de forma a estabelecê-los com clareza, planejar as ações para atingir estes fins e avaliar se eles foram atingidos para, a partir destes dados, retomar e reformular o projeto de ação. Isso significa que a instituição deve ter um projeto que organize o seu trabalho pedagógico e este trabalho deve ter como base os alunos e a comunidade às quais eles pertencem.

Verifiquei os motivos que levaram a evasão da escola na modalidade (EJAI) nas etapas iniciais e analisei os pontos positivos e negativos que a escola apresentou, pois, a escolha de evadir de uma escola não é por acaso. É um processo gradual da perda de interesse pelo qual o aluno se encontra.

3.2 O REFLEXO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ESCOLA

Durante o processo da pesquisa passamos por um fator que foi imprescindível também para ser tópico desse tema que foi à COVID-19, pois tivemos uma porcentagem considerável durante à pandemia. A gestora explica: “Nos anos de 2020 e 2021 tivemos a suspensão das aulas presenciais, fazendo com que as aulas fossem suspensas, passando a ser como segundo plano para as escolas de todo país a utilização de aulas remotas” (BARROS, 2022). Entretanto, nem todas as escolas estavam adequadas para esse desenvolvimento de ensino, principalmente, as escolas públicas. E no caso da escola como campo de pesquisa a evasão foi inevitável, prejudicando, assim, a maioria dos alunos dessa modalidade.

Os principais problemas enfrentados durante a pandemia pelos alunos da (EJAI), além do desemprego que afetou muitas empresas, demitindo seus funcionários; sendo que a maioria dos alunos dessa modalidade trabalhavam, tiveram que procurar segundas opções para se manterem. E fora da escola a falta de acesso à internet, de computador e celular para as aulas

“on-line”, não poderiam ser acessadas. No decorrer do processo das aulas remotas, os alunos que não tinham acesso às aulas eram disponibilizados cadernos de exercícios para serem resolvidos, criando-se assim outro fator negativo, pois pela falta de orientação das docentes se tornava mais um obstáculo para a compreensão das atividades.

No início da pandemia, (SOUZA, 2020, p. 1) comentou:

A tentativa de implementação das aulas “on line” descortinou as desigualdades sociais graves que já fazem parte do cotidiano da população vulnerabilizada. Dessa forma, o ensino remoto durante a pandemia constitui um grande desafio para os profissionais da educação, pois a maioria não estava, e continua não estando preparada e não tinha, e continua não tendo, as ferramentas adequadas para dar início ao trabalho [...].

Em média, na escola, tanto a 1ª e 2ª etapa obtiveram uma perda considerável dos alunos, que optaram por evadir do ensino. Vale lembrar, que nos primeiros meses de 2020 tivemos o “lockdown” e o distanciamento social com o uso de máscaras que perduraram até o início de 2022. Diante disso, o esforço para fazer com que esses alunos retornassem para a escola foi realizado um trabalho árduo como: chamamento em vias públicas com carro som, reuniões com palestras motivacionais e contato direto com a comunidade.

3.3 OS PROBLEMAS PESSOAIS DOS ALUNOS E REFERENTES À ESCOLA.

Cada aluno dessa modalidade de ensino tinha sua particularidade. Observar e conhecer os motivos que levaram esses alunos a desistirem da escola durante os anos letivos dessa pesquisa foram essenciais para se analisar, pois não se tratava apenas da instituição de ensino e, sim de um suporte maior que estava fora do alcance da escola, gestor, coordenador e docente. E manter esses alunos foi uma tarefa árdua, pois não dependia somente de fatores internos da instituição, mas também, dos problemas pessoais desses alunos.

Pensar na (EJA) no atual cenário brasileiro marcado por contradições, descaso e negação de direitos, diante de uma escola que não vem atendendo as especificidades e os desejos do seu público tão heterogêneo, requer, acima de tudo, bases sólidas com princípios e visão humanizadora no sentido de fazer valer o que se imaginava quando da concepção da (EJA). (FILHO, DE S. *et al.*, 2020, p. 148).

A escola até fez um trabalho recorrente com as docentes e seus alunos, mas fiscalizar de fato o que ocorria dentro da sala de aula era outro fator a ser analisado. Sabemos que o horário da noite era reduzido devido a muitos alunos serem trabalhadores, alguns residirem distante da escola e pela carga horária ser diferente do ensino normal acabava em duas ou três horas de aula. As turmas da 1ª e 2ª etapa apresentavam diretrizes voltadas para os anos iniciais

e esse tipo de ensino necessitava de uma reavaliação, pois não eram crianças de nove ou dez anos de idade e, sim, jovens de quinze anos e até mesmo adultos e idosos de várias idades.

Nesse contexto, a linguagem direcionada a esse público era diferenciada, a metodologia atendia outra perspectiva e por essa razão o trabalho realizado não poderia ser igual. Pois, muitos alunos traziam em sua história de vida determinados conhecimentos que poderiam ser usados como fatores avaliativos de progressão e para atender às diretrizes curriculares da (EJAI), facilitando, assim, o ensino e aprendizagem.

A gestora declara:

Dentro da escola, alunos com esse diferencial eram disponibilizados testes classificatórios como método avaliativo que os remanejavam para a etapa seguinte caso fossem aprovados, trabalhando a partir de conhecimento já existente, uma proposta pedagógica mais adequada para esse aluno, almejando seu crescimento no ensino e aprendizagem. (BARROS, 2022).

Diante das dificuldades na compreensão de algum assunto/ disciplina causavam nos alunos um receio de não progredirem e essa barreira era facilmente identificada pelo professor quando o aluno não se interessava em participar, dialogar e resolver as atividades. Com isso o aluno se afastava, se mantinha calado e o gosto pelas aulas se distanciava. O aluno em sua concepção de pensar em não ser capaz, pois já se encontrava atrasado nos estudos, o anseio pela desistência, levaria a evasão.

Freire (2013, p. 97) comenta que:

Qualquer preocupação em torno das expectativas dos educandos, sejam eles e elas alunos de escolas básicas ou jovens e adultos em cursos de educação popular, é puro democratismo. Qualquer inquietação do educador democrata no sentido de não ferir a identidade cultural dos educandos é tida como purismo prejudicial. Qualquer manifestação de respeito à sabedoria popular é considerada como populismo.

Vale destacar, que nessa modalidade a maioria eram mulheres, que já encontravam as primeiras dificuldades dentro de casa. A falta de incentivo por parte de seus familiares e de seus companheiros por ser no turno da noite na escola, gerava um certo desconforto, pois muitas eram mães e não tinham com quem deixar suas crianças. Dividir-se nas tarefas de casa, cuidar dos filhos e ainda ter tempo de estudar era outro fator para evasão.

Durante os 4 anos dessa pesquisa a escola atendeu alunos com deficiência tais como: uma cadeirante, uma deficiente parcialmente visual, quatro com “déficit” de atenção, quatro autistas e dois surdos-mudos. Todos eles tinham acompanhamento com a profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), encontros semanais e avaliações pela manhã.

“O Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” (MEC, 2022).

A escola apresentou uma estrutura adequada com acessibilidade e profissional na área para que esses alunos se sentissem amparados, porém devido à pandemia, problemas de locomoção e pessoais durante os anos seguintes fizeram com que se afastassem da escola. Dos onze alunos matriculados, apenas 3 permaneceram na escola. O maior desafio das docentes foi a presença de uma profissional durante a aula no turno da noite, pois a mesma trabalhava apenas no turno da manhã e tarde. E a falta de capacitação em libras, visto que as docentes não estavam preparadas adequadamente para essa função.

3.4 REAVALIAÇÃO DA METODOLOGIA E A PROPOSTA PEDAGÓGICA

Com o olhar direcionado para os alunos da 1ª e 2ª etapa que variam entre 15 e 65 anos na (EJAI), a coordenadora pedagógica, juntamente com as professoras devem avaliar a melhor metodologia empregada para que se possa obter a eficácia do ensino e aprendizagem. Pois, para Albuquerque (2011, p. 124) diz:

Os problemas educacionais que vivemos contemporaneamente, são problemas de ordem metodológica – que poderiam ser sanados pura e simplesmente com a adoção de “novas metodologias de ensino”? ou as “crises educacionais” encontrariam a sua solução na consolidação de pressupostos epistemológicos explicitamente claros, provocando uma transformação de base filosófica para aquisição de conhecimento?

Mas para isso, os alunos têm de ser também consultados para verificar se determinada proposta pedagógica é válida capaz de aguçar o interesse e o desempenho de cada um deles. Será que todas as disciplinas são realmente importantes? Acrescentam informação? E os resultados das avaliações por meio de provas são eficientes? É necessário ouvir os alunos para obter resultados positivos, para que as aulas se tornem mais interessantes, com disciplinas que abordem assuntos relevantes para relacionar com o dia-a-dia dos alunos.

O educador precisa frequentemente revisitar suas práticas pedagógicas e seus conhecimentos, tendo como compromisso a emancipação dos sujeitos daquele ambiente, suas aulas precisam sempre estar contextualizada, cheias de sentidos para darem significados no ensino/ aprendizagem dos educandos tomando como ponto de partida suas vivências para que os alunos pratiquem suas habilidades e competências.

Freire (1997, p. 32) diz:

A prática educativa, pelo contrário, é algo muito sério. Lidamos com gente, com crianças, adolescentes ou adultos. Participamos de sua formação. Ajudamo-los ou os prejudicamos nesta busca. Estamos intrinsecamente a eles ligados no seu processo de conhecimento. Podemos concorrer com nossa incompetência, má preparação irresponsabilidade, para o seu fracasso. Mas podemos, também, com nossa responsabilidade, preparo científico e gosto do ensino, com nossa seriedade e testemunho de luta contra as injustiças, contribuir para que os educandos vão se tornando presenças marcantes no mundo.

A importância de sabermos o que queremos para nossa existência e para o outro corrobora para o processo de construção da nossa identidade. Pois, pensar em nossa atuação frente às demandas sociais, ajuda no processo de auto formação, validando nossas performances tanto no ambiente escolar como fora dele, dando suporte na recriação de novas experiências individual ou coletiva.

Dessa forma, a relação professor-aluno é um fator que se evidencia no processo ensino-aprendizagem. Esta relação é um ponto vital no processo educacional, portanto é o professor que deve criar espaços de interação com seus alunos. Assim, as causas tanto para evasão quanto para a reprovação parecem-nos as mesmas, o que muda na realidade neste fracasso é a falta de liberdade que o aprendiz tem para construir a ciência do saber. (PINTO, 2014, p.34).

Para o enfrentamento desses problemas a escola precisa melhorar a atividade na construção do saber e traçar uma linha de informação capaz de ajudar o desempenho dos alunos, no que tange o ensino e aprendizagem da modalidade (EJAI), para o desenvolvimento como sujeitos capazes de escrever suas histórias pelo processo educacional.

Quando há a relação professor e aluno fica mais fácil de apurar resultados, perceber dificuldades e saber quem está ficando com desempenho inferior no ensino. E as possíveis causas que venham ocasionar baixo rendimento no processo educacional avaliativo são: a falta de interesse, a atenção, da participação, da exclusão, dos problemas sociais, culturais, de comportamento e entre outros levam esses alunos a evasão do ano letivo.

3.5 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO DOCENTE

Esse investimento requer tempo, atenção e vontade pelo corpo docente como efeito de abrir novos caminhos para um olhar mais minucioso sobre os alunos dentro das instituições de ensino, já que, além de apresentar o dever de educar, ter a sensibilidade de diagnosticar os problemas presentes no aluno é uma tarefa difícil e de responsabilidade.

Neste sentido, fala-se ao mesmo tempo da formação de professores de qualidade, que é indispensável neste processo ainda carente destes quesitos. Outro ponto a ser considerado importante para que haja transformação nesta modalidade é a contribuição

efetiva da sociedade civil que se fazendo parte estará exercendo sua cidadania. A sociedade já trouxe grandes resultados se olharmos ao início da história, portanto, é essencial que se dê continuidade a essas forças unidas em movimentos sociais para que tragam constantemente mudanças na (EJA) transformando a prática em compromisso com uma aprendizagem que tenha importância e significado para o aluno. (FRANCO, 2021, p.11).

Buscar e conhecer por meio de todos os profissionais envolvidos quando o aluno apresenta dificuldades no aprendizado é encontrar soluções para que se possa prosseguir com seu estudo e superar suas dificuldades; evitando, assim, a sua evasão. Pois, se para as crianças encontramos barreiras que interferem no aprendizado; para a modalidade (EJAI) que já apresentam algumas limitações, o ensino tem que ser motivacional, mais detalhado, diferencial e de fácil aprendizagem.

Freire (1997, p. 12) acrescenta:

O que me interessa agora, repito é alinhar e discutir alguns saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista e que por isso mesmo, devem ter conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente. Conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática formadora. É preciso, sobretudo, e aí já vai um desses saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Para que isso seja possível, os professores precisam aprender a capacitação adequada. Pois para o aluno, o professor é o canal de informação e se houver uma interferência na mensagem, o aluno se retrai e não ocorre o ensino e aprendizagem. O corpo docente precisa de capacitação para adquirir novos desafios em sala de aula para transformar as aulas mais dinâmicas e proveitosas. A partir de uma reavaliação de sua postura em sala de aula, será possível tomar medidas de melhoria no ensino e aprendizagem.

A gestora esclarece:

Para que as diretrizes funcionem como ponto de partida para o ensino e aprendizagem, ou até mesmo como auxiliar nas atividades propostas pelos professores dentro das instituições de ensino, a gestão, a coordenação e o corpo docente devem traçar objetivos para que os alunos no decorrer do ano letivo se tornem capazes de criar sua própria linha de raciocínio, relacionando a metodologia referente a cada etapa dos anos iniciais da (EJAI) estando preparados e capacitados para suas aulas. (BARROS, 2022).

Os educadores e a própria escola devem oferecer atividades que auxiliem o interesse e o envolvimento de todos, das mais variadas formas a fim de incentivar a formação de seus valores e sua educação. E a (EJAI) tem essa forma de expressão, de ensino e de conhecimento;

além de demonstrar uma relação capaz de ir sempre ao encontro de novos valores e saberes. As atividades propostas só têm a agregar mais valores para todos os envolvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão no período noturno cada vez mais se torna um problema se comparado com as turmas do turno da manhã e tarde. O público-alvo na (EJAI) são alunos que variam de 15 a 65 anos de idade, um fator bastante relevante para trabalhar com turmas com essa diversidade, pois cada estudante apresenta sua particularidade e um perfil que precisa ser observado. A maioria são pais ou mães de famílias, pessoas que trabalham em período integral, jovens desempregados à procura do primeiro emprego, mães donas de casa, adolescentes grávidas ou com bebês, enfim uma lista de perfil que precisa ser analisada e estruturada.

A escola tem de estar preparada e capacitada, juntamente com o corpo docente, para que problemas de metodologias e propostas pedagógicas não fujam da realidade exposta que compreende a modalidade (EJAI); Investimentos para capacitar professores para que estejam preparados para revisar sua metodologia e didática para dá com todo esse diferencial de alunos. E estar apto a mudar toda vez que determinado caminho não seja o mais apropriado para a educação.

Em se tratando do chão da escola como espaço de ensino, o trabalho da gestão conta muito. Por esse motivo, as pedagogas, a coordenadora e até mesmo a comunidade envolvida precisam avaliar propostas que viabilizem resultados favoráveis, agregando informações, capacitações, compreendendo as dificuldades, planejando o desenvolvimento, apresentando palestras motivacionais, ouvindo seus alunos, observando suas dificuldades e seus problemas.

Essa pesquisa teve como objetivo verificar os motivos da evasão, pois durante os anos entre 2019 a 2022 foi constante a perda dos alunos. Entretanto, não temos uma solução definitiva para acabar com o problema da evasão escolar, porque não se trata apenas da escola e, sim, também dos alunos com suas questões pessoais, do poder público, da falta de investimentos, de capacitação, entre outros. Políticas públicas são feitas para direcionar, auxiliar e promover o ensino para essa modalidade, porém sabemos que há um custo para mantê-los na escola e planejar possíveis soluções para remediar ou minimizar a evasão é a questão da instituição.

Portanto, conhecer o trabalho da escola e os motivos da evasão nos anos referentes à pesquisa, foi de suma importância para transformar os resultados negativos em positivos, no intuito de melhorar os impasses deste problema. Mesmo sabendo que não há uma solução definitiva e completa, porém podemos viabilizar mudanças compatíveis com o sistema de

ensino e a escola, para o enriquecimento do desempenho dos alunos; para caminhar por práticas personalizadas, entendendo que a sala de aula apresenta suas diversidades que mostram que cada aluno tem seu perfil, seu tempo e suas dificuldades, evitando assim sua evasão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ricardo Leite. Fundamentos da Educação e Práticas Pedagógicas. 1ª Edição/ outubro/ 2011. Impressão em São Paulo/ SP.

ARROYO, Miguel. Passageiros da Noite: Do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito a uma vida justa. Editora Vozes. 2017.

ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARBOSA, F.; FREITAS, F. A didática e sua contribuição no processo de formação do professor. 2018.

BARBOSA, Maria Gorete. Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ana Ribeiro. João Pessoa. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Resolução nº 03/ 2016 do Conselho Municipal da Educação- COMED.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por nova Educação de Jovens e Adultos. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar...e aprender por toda vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>. Acesso em 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Parecer do CNE/ CEB 11/ 2020: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. <<http://www.portal.mec.gov.br>> Acesso em 2021 e 2022.

Decreto nº 6093, de 24 de abril de 2007- Portal da Câmara dos Deputados.

FRANCO, Camila Marques. A aprendizagem na EJA: Uma reflexão a partir das metodologias de ensino. 2021.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. Ed. Loyola. Olho d'água. 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido- 1, ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FILHO, Alcides Alves de Souza; et al. O silêncio das salas de aula da Educação de Jovens e Adultos: uma leitura a partir dos princípios humanizadores de Paulo Freire. 2020.

GIL, Carlos Antonio; Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Edição. Editora Atlas. Cap. 41-47.

LIBÂNEO, José Carlos. “O Sistema de organização e gestão da escola” 4ª ed. Goiânia: Alternativa 2001.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Art. 3. 2015.

LOSS, Adriana Salete. UFSS. Art. A autoformação no processo educativo e formativo do profissional da educação. Agência Financiadora: CAPES. 2015.

LIMA, F.; Firmino, F. LDB Esquematizada: comentada e atualizada. – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n ° 699/ 72.

Plano Nacional de Educação sobre a EJA. Disponível em <<http://www.revistas.uece.br>> Acesso em 2022.

PINTO. Joaquim Lopes. A Problemática da Evasão Escolar na Escola Pública: a quem compete? Universidade Estadual da Paraíba. 2014.

Portal MEC. <<http://www.portal.mec.gov.br>> Atendimento Educacional Especializado- AEE-MEC- Ministério da Educação. Acesso em 2022.

RISCAL, Sandra Aparecida. Gestão democrática no cotidiano escolar. – São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Art. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. Revista de Educação PUC- Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SOUZA, Maria Marlete de. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia no contexto brasileiro. Pensar a Educação em pauta. Um jornal para a Educação Brasileira. 2020. <<http://www.pensaraeducação.com.br>>. Acesso em 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico. 3. Ed. Campinas. Papyrus, 2004.